

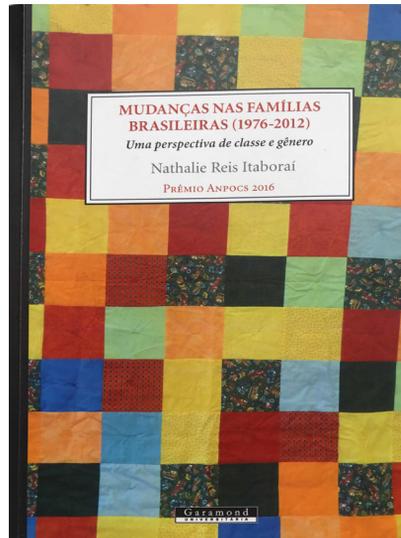
Resenha / Review

“Gênero informa Classe” /
“Gender indicates Class”

PRISCILLA MAIA DE ANDRADE¹

ITABORAÍ, Nathalie Reis. **Mudanças nas famílias brasileiras (1976-2012):** uma perspectiva de classe e gênero. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2017.

O livro *Mudanças nas Famílias Brasileiras (1976-2012):* uma perspectiva de classe e gênero, lançado ao final do ano passado, constitui marco importante nas produções acadêmicas sobre família e gênero. Origina-se de tese defendida na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e premiada pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) em 2016. O trabalho consegue atestar tanto a excelência de uma universidade pública que, apesar de vir sendo vilipendiada pelo poder público, continua resis-



1 Assistente Social. Mestre e doutoranda em Política Social – Programa de Pós-Graduação, em Política Social da Universidade de Brasília (UnB), docente do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília.

tindo e produzindo saberes para se pensar o desenvolvimento e o combate às desigualdades do país quanto à necessidade de se voltar a atenção para a dimensão de gênero, a fim de enfrentar as injustiças sociais brasileiras, compreendendo que as disparidades de acessos a direitos entre mulheres e homens se originam e se perpetuam no âmbito familiar e nas classes sociais.

Com o propósito de “analisar as perversidades das mudanças na condição feminina no Brasil, seu rumo e diferenciais por classes” (p. 31), e “o quanto as mudanças na condição feminina nas famílias se disseminaram entre as classes” (p. 28), a autora utilizou dados desagregados, oriundos de Pesquisas Nacionais por Amostragem Domiciliar (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), perfazendo uma série histórica de 1976 a 2012. Trata-se de uma pesquisa de caráter quantitativo, que analisa a esfera familiar, a partir da estratificação social de classe e gênero, caracterizado pela autora como “o primeiro estudo quantitativo sistemático das diferenças por classe no comportamento familiar sob várias dimensões e por um longo período” (p. 423). De maneira bastante hábil, foram referenciados autoras e autores com distintas perspectivas teóricas, buscando abarcar toda a complexidade inerente ao objeto estudado. O trabalho ainda põe sob holofote duas variáveis que vêm sofrendo constantes ataques depreciativos e despolitizados como categorias para o estudo da vida social: classe e gênero.

O período brasileiro entre 1976 a 2012, marco temporal da pesquisa, é caracterizado por profundas modificações de ordem econômica, cultural, política, social e normativa, entre outras, que provocaram alterações nas relações sociais, com impactos inequívocos na vida das mulheres e no espaço familiar. Percorrer historicamente tais mudanças disponibiliza às leitoras (e aos leitores) a apreensão da inter-relação entre a condição feminina e a vida em família, e, conseqüentemente de como as desigualdades de gênero são intensamente engendradas neste âmbito, a partir da comparação entre os indicadores alcançados pelas mulheres em relação aos seus parceiros nas famílias, nas diversas classes sociais, e como isso se reflete nas demais relações societárias.

A autora parte de dois principais pressupostos: a) de que as famílias constituem espaços de (re)produção de desigualdades e opressões, especialmente às mulheres; e b) de que é preciso conhecer os mecanis-

mos das desigualdades sociais para além da estratificação por classes, sendo necessário utilizar a estratificação por gênero, também. Tais inferências são valiosas na medida em que, contemporaneamente, enfrenta-se uma onda conservadora de ode romântica à família e uma crítica irascível à, equivocadamente denominada, “ideologia de gênero”. Soma-se a isso o fato de associar classe e gênero, e apesar de não debater a questão racial, contribui por juntar-se aos debates das feministas, que teimam em trazer à tona, há algum tempo, a indissociabilidade entre classe, gênero e raça, conforme aponta Davis, de forma genial:

As organizações de esquerda têm argumentado, dentro de uma visão marxista e ortodoxa, que a classe é a coisa mais importante. Claro que classe é importante. É preciso compreender que classe informa a raça. Mas raça, também, informa a classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida. A gente precisa refletir bastante para perceber as intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras. (DAVIS, 1997).

A fim de cumprir seus objetivos, o livro foi organizado em três partes, que somam, ao total, nove capítulos e quase 500 páginas. Chama atenção que cada uma dessas partes foi nomeada com um “lema”, “bandeira” ou *slogan* de luta dos movimentos feministas e de mulheres, evidenciando o compromisso e trajetória da autora com os estudos de gênero e com a construção de um mundo menos hostil ao feminino. Assim, explica-se, por meio de indicadores estratificados por classe e gênero que “o pessoal é político”, que “nossos corpos nos pertencem” e que é preciso que as mulheres tenham “um teto todo seu”, em cada uma das subdivisões, respectivamente.

A parte um, intitulada “o pessoal é político” apresenta a metodologia empregada, a fundamentação teórica e a contextualização histórica da pesquisa realizada. Essa seção apresenta a imperativa articulação entre gênero, família e classe, para a análise das mudanças sociais (e seus “sentidos”) ocorridas no período histórico estudado, bem como seus impactos na distribuição de poder e, por fim, o peso do patriarcalismo do período colonial brasileiro na configuração do lugar das mulheres na

família e na sociedade. Para a autora estamos vivenciando uma “revolução das mulheres”, e que é preciso “propor algumas ferramentas teóricas para analisar as dimensões de estratificação, relações de poder e mudança social presentes nas relações familiares e de gênero”. (p. 34).

Denominada “nossos corpos nos pertencem”, a segunda parte apresenta informações sobre o processo de conjugalidade, os padrões de composição dos casais e a questão do usufruto dos direitos sexuais e reprodutivos, sob o enfoque de classe e gênero, buscando compreender as modificações que as famílias vêm passando em sua composição, reprodução e socialização da prole. O poder e seu (des)equilíbrio nas relações intrafamiliares constitui importante ponto de análise, com destaque para o alcance da autonomia feminina, a diversificação dos arranjos familiares e a discussão sobre a questão da violência contra a mulher.

Já a terceira parte: “um teto todo seu”, nomenclatura que não constitui exatamente um “grito de luta” feminista, é extraído da literatura de Virginia Woolf, por representar o empenho histórico das mulheres por sua autonomia econômica. Como já pontuava Beauvoir (1970), “porque é pelo trabalho que a mulher conquista sua dignidade de ser humano; mas foi uma conquista singularmente árdua e lenta” p. 149). Assim, essa seção trata da intrincada relação entre a inserção das mulheres no mercado de trabalho e suas responsabilidades no âmbito familiar. Ao ir destrinchando os dados sobre esta interseção por classe, o livro desnuda os desiguais impactos da conciliação entre trabalho e vida familiar nos arranjos monoparentais femininos, em especial, nas classes mais empobrecidas. Chama atenção o diferencial no uso do tempo desfrutado e a necessidade em se discutir uma agenda pública para o cuidado. A autora ainda elenca os desafios para a autonomia econômica das mulheres “para além do mercado de trabalho”, destacando a importante função da proteção social brasileira, pois, entre outras seguranças sociais afiançadas, tem possibilitado o acesso das mulheres à renda via programas de transferência de renda, que, mesmo paradoxais, pois se baseiam no reforço do papel materno, proporcionam às mulheres maiores graus de autonomia.

Após analisar os dados estatísticos referentes a essas três grandes dimensões da vida das mulheres, a autora identifica os propulsores das mudanças vivenciadas pelas famílias, nos últimos 36 anos. Trata-se de processos entrelaçados entre si, que se retroalimentam e variam de

acordo com a classe social, que provocaram a diversificação dos arranjos e flexibilização das trajetórias familiares: a) o aumento do número e melhoria dos postos ocupados pelas mulheres no mundo do trabalho; b) diminuição da fecundidade; c) o adiamento da experiência de casamento ou união, e da maternidade; d) expansão do número de separações e recasamentos; e) tendência crescente de uniões estáveis em detrimento do casamento formalizado; f) diminuição das diferenças de escolaridade, idade e renda das mulheres em relação a seus companheiros; e g) aumento da expectativa de vida.

A pesquisa aponta o alcance de maiores graus de autonomia feminina e menor dependência do grupo familiar como uma tendência, todavia, bastante variável de acordo com a classe social a que pertencem as mulheres. Já no que concerne ao comportamento familiar, é relevante a redução das diferenças entre as classes. O cenário que se desenha é de uma menor diferenciação social no que diz respeito ao “modo de ser” das famílias, mas uma persistente desigualdade no que diz respeito ao nível de acesso das mulheres a maiores possibilidades de escolha e à independência, a depender da classe social. O livro demonstra a família em uma de suas diversas relações dialéticas constitui, ao mesmo tempo, “lócus da estratificação de classe e gênero”, mas igualmente um espaço potencial que pode incitar transformações nestas “duas dimensões das relações de poder” (p. 34).

Os dados compilados demonstram que o desafio posto no enfrentamento das desigualdades de classe e gênero está na inter-relação entre os âmbitos público e privado. Se na esfera legal o período histórico se destaca por romper com legislações de cunho moralistas e discriminatórias, que subjugavam as mulheres tanto em suas casas, como na rua; na esfera socioeconômica, as desigualdades prosseguem. A inserção no mercado de trabalho ainda sofre contingências relacionadas à vida familiar, pois além das discriminações que as mulheres enfrentam no mundo laboral, possuir filhos pequenos e assumir solitariamente (ou quase) as tarefas domésticas e de cuidado resulta em indicadores injustos, em especial para as mulheres mais empobrecidas. Somam-se a isso os persistentes imperativos culturais que imputam às mulheres tais responsabilidades.

Quanto ao comportamento familiar, vincula-se às mudanças na condição feminina, que foram mescladas entre as classes – das mais baixas às mais altas e vice-versa, pondo em xeque a “crença de que as

sociedades convergiriam em torno do estilo de família de classe média” (p. 427 apud CHERLIN, 2012). A autora resume tal mecanismo, afirmando que:

Em linhas gerais, as mudanças que dependiam de acesso a bens e serviços começaram nas classes altas que têm acesso mais fácil, e se difundiram para baixo com o processo de democratização do acesso. Já as mudanças que dependiam mais de liberação de costumes se difundiram de baixo para cima, pois muitas eram práticas que já existiam nas classes baixas, onde, no entanto, eram estigmatizadas (p. 426).

Para a autora, as mulheres, no período estudado, revolucionaram suas vidas, fato que acabou por propiciar também uma revolução social, ao modificar suas relações familiares. Todavia, indica, conforme termo empregado por Esping Andersen, uma revolução incompleta, pois não conseguiu modificar as estruturas que determinam o desequilíbrio de gênero. Nessa direção, afirma que é preciso repensar a esfera privada, negligenciada se comparada aos alcances obtidos no âmbito público, avançando das conquistas individuais para as coletivas, tais como políticas de equidade do mercado de trabalho e de apoio às tarefas ligadas ao cuidado. Retomando novamente Andersen, o cuidado deve ser desfamiliarizado e desmercantilizado – tarefa ainda mais premente, para que os encargos oriundos das mudanças causadas pelo processo de diversificação familiar contemporâneo não continuem incidindo sobre as mulheres.

O livro traz importantes subsídios aos movimentos feministas e de mulheres e pesquisadores de diversas áreas, bem como a agentes governamentais – tomadores de decisão e profissionais que, no seu cotidiano, atendem mulheres, tais como assistentes sociais, psicóloga/os, advogada/os, pedagoga/os, médica/os, enfermeira/os, entre outros, em especial das políticas de saúde e assistência social, que elegeram a família como lócus privilegiado de atuação, pois permite mapear os indicadores intrafamiliares de desigualdades entre mulheres e homens, e traçar estratégias preventivas e de enfrentamento das ações de cunho familiar que geram iniquidades de gênero.

Por fim, a obra traz resultados de uma pesquisa de fôlego, de importância ímpar, no contexto adverso aos direitos das mulheres na contemporaneidade, que são as mais atingidas pelas “contrarreformas”

que as políticas de previdência e das leis trabalhistas têm sido alvo, por estarem mais precariamente inseridas no mercado de trabalho, bem como por um Congresso Nacional que vem tentando aprovar leis retrógradas aos direitos das mulheres.² Ainda oferece arcabouço crítico à ofensiva conservadora que, ao enaltecer o papel da família tradicional, naturaliza o lugar de submissão e desvantagem das mulheres nessa esfera. Todavia, faz falta, conforme já apontado por Hildete de Melo, na apresentação do livro, a não inclusão na análise da variável cor/raça – eixo fundamental das desigualdades sociais brasileiras. Fica a expectativa de que outros trabalhos possam suprir esta lacuna. Por ora, a análise realizada evidencia o quanto os desequilíbrios de gênero constituem causa e também efeito das desigualdades de classe, ou como assinala Davis, “gênero informa classe”.

**Artigo submetido em 20/02/2018 e aceito
para publicação em 26/03/2018**

Referências

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

DAVIS, A. Conferência realizada no dia 13 de dezembro de 1997, em São Luís (MA), na JORNADA CULTURAL LÉLIA GONZALES, 1. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/>>. Acesso: 10/02/2018, às 19h52.

2 Tais como: a) PL 4.703/1998, PL 4.917/2001, PL 7.443/2006 e PL 3.207/2008 (tramitação conjunta) – pretendem tornar o aborto um crime hediondo. Está aguardando parecer da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher; b) PL 478/2007 – trata do Estatuto do Nascituro, que proíbe o aborto em qualquer circunstância, inclusive estupro, e ainda prevê direitos de paternidade ao agressor. A proposta já foi aprovada em duas comissões, Finanças e Tributação e Seguridade Social e Família, e aguarda atribuição de relatoria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; c) PL 5.069/2013 – restringe o atendimento às vítimas de estupro. Proposta pronta para apreciação pelo Plenário da Câmara; d) PL 3.235/2015 – pretende vetar o debate sobre a igualdade de gênero ou a promoção da “ideologia de gênero”, por qualquer meio ou forma do sistema de educação. Está aguardando parecer da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher; e, e) PEC 181/2015 – insere na Constituição a proibição do aborto em todos os casos, inclusive os já previstos hoje pela legislação. Proposta pronta para apreciação pelo Plenário da Câmara.